

aspectos da crise energética, acha que deveriam participar das reuniões todos os atores envolvidos no processo, inclusive o CNRH, que deveria ter sido convidado para compor o Grupo de Trabalho do racionamento. Dra. Leila passou então a definir a data e pauta da próxima reunião que será realizada em Belo Horizonte, nos dias 20 e 21 de junho, com a seguinte pauta: 1. Abertura; 2. Análise da Ata da 11ª reunião; Apresentação dos Grupos de Trabalho de Outorga de Mineração, Outorga e Acumulações e, Outorga de Qualidade / Quantidade; 3. Análise das Diretrizes para a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos na Exploração de Recursos Minerais; e 4. Assuntos Gerais. Dra. Leila encerrou a reunião às 17:00 horas, agradecendo a presença de hoje.

Leila de Carvalho Gomes
Presidente da Câmara Técnica

Diane Mara Ferreira V. Rangel
Walter Jorge dos Santos
Relatores

propõe, em termos de produto para o grupo que coordena. Dr. Diógenes colocou que já estava começando com uma dúvida: Como adotar a outorga do uso de recursos hídricos para barragens? Como seria essa outorga, já que ela não é uso e sim interferência. E como seria a especificação dos recursos hídricos tendo que considerar as vazões a montante ou jusante? E ainda, uma vez criado um reservatório, seria uso múltiplo? Dra. Leila colocou, que o poder outorgante no Estado de São Paulo, considera a outorga de uso e interferência de recurso hídrico de forma conjunta e integrada, e dá um exemplo: “admitamos que a SABESP solicite 4 m³ /s para o abastecimento público da cidade de São Paulo. Além da outorga da captação, existe a outorga de uma barragem. O poder outorgante, analisa a disponibilidade hídrica e faz o balanço hídrico para a captação, levando em conta a vazão regularizada. No caso da outorga da barragem o poder outorgante não analisa a obra em si, que já tem um projeto executado por técnico responsável, mas os impactos que esta obra irá causar no recurso hídrico bem como a vazão remanescente, entre outros aspectos. Lembrou ainda que a maior parte das barragens outorgadas no Estado, tem por finalidade regularizar vazões para usos diversos: piscicultura, irrigação, indústria, etc..” Dr. Roberto Monteiro colocou que praticamente para todos os usos existe alguma norma (Decreto, Lei, Resolução, etc.), mas o caso de acumulações é um caso específico. Os usos múltiplos como navegação, pesca, irrigação, entre outros, são bem contemplados em termos de regulamentação mas, no caso de acumulações, têm-se que fazer um estudo específico para avaliar curvas, reservas técnicas e outras condicionantes nessa interferência. Dr. Antônio Martins, da SRH do Ceará, colocou sobre as represas e açudes do seu Estado, que têm estudos específicos. Dra. Célia Cristina colocou que o papel do Conselho Nacional é o de elaborar diretrizes gerais, e que não podem ser específicas para não ferir normas ou competências Estaduais, da Ana, etc. Dr. Guilherme colocou, que é melhor não se preocupar se vai ser Proposta de Resolução, Moção, ou outro, que deveríamos trabalhar e decidir o que cabe depois. Dr. Elcio colocou que deveria ser definido com a própria outorga. Dr. Diógenes disse que a ANEEL já vem trabalhando com a ANA numa norma conjunta sobre reservas de disponibilidade hídrica para geração de energia elétrica. Dra. Patrícia colocou que o problema é falta de cultura e considera que a aplicação é bastante tranquila em termos gerais, pois hoje funciona sem problemas, teremos que criar uma outorga que altere o regime, o que é uma outorga de regime, o que altera, etc. Dra. Maria de Lourdes disse que está preocupada de como estão sendo colocados os trabalhos da ANEEL e ANA, e como estão sendo estudados com os Estados, ou se isso já estaria sendo feito? Dr. Diógenes afirmou que a ANEEL está convidando os Estados e a Dr^a Célia Cristina confirmou que o trabalho será feito em conjunto entre a ANA, ANEEL e os Estados, ao que a Dra. Leila disse que o estudo é embrionário, porém estão convidando os Estados. Dr. Diógenes confirmou que realmente estão convidando os Estados. Diante de tantas interrogações, o Dr. Diógenes colocou que a Câmara deveria convidar palestrantes como: ONS, SABESP, usuários de barragens, etc. e que faria sua primeira reunião de grupo, um dia antes da reunião da CT. Em seguida Dr. Emanuel, coordenador do grupo I, colocou que ainda não definiu efetivamente o plano de trabalho do Grupo I - OUTORGA DE MINERAÇÃO, e que vai constituir primeiro o grupo, fazer uma reunião prévia, que será realizada em Belo Horizonte, nos dias 20 e 21 de junho vindouro. Dr. Roberto Monteiro, coordenador do Grupo III – OUTORGA DE QUALIDADE / QUANTIDADE, informou que o grupo irá trabalhar para firmar conceitos em Licenciamento Ambiental e outorga; o fato novo é a outorga de qualidade, que ainda não está implementada. Sugeriu também, convidar palestrantes para firmar conceitos na área de outorga com o objetivo de se propor procedimentos. Daí, passou-se a formação e indicação dos membros que comporão cada Grupo de Trabalho (Anexo 2). Com a palavra a Dra. Leila, passou-se ao **6º e último Item da Pauta** – ASSUNTOS GERAIS. Dra. Leila colocou que os grupos terão tempo suficiente para realizar suas propostas. A Dra. Patrícia colocou que estamos todos, num esforço muito grande para reforçar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quanto aos

operativa do poder público para o gerenciamento integrado na Zona Costeira, também sobre os objetivos específicos, o gerenciamento costeiro, os instrumentos, linhas de ação, etc. Encerrou a apresentação, colocando-se à disposição para debates e sugestões. A Dra. Leila, solicitou à Dra. Izabella a indicação de um técnico de sua equipe para participar da Câmara Técnica, que de pronto designou a Dra. Margarida, Chefe do Licenciamento ou Dra. Wilma, Coordenadora do PNMA para participar das reuniões. Dra. Diane perguntou sobre como esse Plano está em relação às agendas Verde, Azul e Marrom. Dra. Izabella, falou sobre o sistema de Minas Gerais, que saiu na frente, e é um projeto provocativo e de grande relevância, porém falta identificar prioridades, trabalhos estratégicos e um mecanismo de incentivo para a continuidade do trabalho, e que os estados de MG, RJ, PR, estão mais estruturados em relação ao Licenciamento Ambiental. Dra. Maria de Lourdes questionou sobre a cobrança de licença prévia, da falta de estrutura e manutenção do sistema. Dra. Ilka acrescentou que não se tem mecanismos de controle de qualidade das análises ambientais apresentadas ao licenciar empreendimentos assim como também falta um planejamento ambiental na bacia hidrográfica para servir como instrumento de análise na implantação de um empreendimento e citou ainda, que diversas indústrias mantém controle de qualidade. Dr. Roberto Monteiro colocou que deve-se analisar a sobrecarga das indústrias na bacia. Dra. Patrícia Boson elogiou o PNMA II, que está dando oportunidade de enxergar as lacunas existentes e dar condições de resgate às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e a coordenação do sistema. Comentou também sobre a necessidade de criação de laboratórios de referência devendo-se incentivar, se for o caso, a criação de laboratórios privados. A Dra. Izabella colocou que existem somente dois laboratórios para metais pesados (baterias, pneus, etc) credenciados pelo Inmetro no Brasil, e que são necessários muitos laboratórios estruturados. Informou ainda que existe uma situação relacionada ao credenciamento que tem que melhorar. Dra. Diane colocou sobre a necessidade de capacitação e estruturação dos órgãos componentes do SISNAMA referindo-se em especial, à infra-estrutura e pessoal. Colocou ainda sobre a importância de se utilizar o EIA/RIMA como instrumento de gestão e não só do licenciamento ambiental e falou que os EIA/RIMA, por serem extensos, poucos lêem, e que o RIMA deveria ser escrito numa linguagem mais informal, o que propiciaria uma melhor participação da sociedade nas audiências públicas. Dra. Izabella colocou que o EIA/RIMA é operativo e não instrutivo, que ele deve ser feito para o investimento, para cada projeto, principalmente depois do projeto aprovado, para com isso propiciar o processo de planejamento estratégico, ou seja, coordenar e harmonizar o projeto ao sistema. Dr. Agostinho observou que nas fábricas de vidro, a extração do mineral, é efetuada em grande escala e é impactante, contudo usam pouco volume de água, e a devolvem até com melhor qualidade do que a existente na bacia; citou como exemplo o caso do rio das Velhas, onde a maior parte das usinas minerais faz o trabalho de recuperação, porém quando chegar a discussão nos Comitês, deverão estudar propostas alternativas de uso. A Dra. Izabella colocou que deve-se estudar os impactos e derivadas de conservação, buscar alternativas de desenvolvimento sem alterar o meio, e que a perspectiva é discutir com transparência, além de criar alternativas com um planejamento ambiental moderno. Pelo adiantado da hora, a Dra. Izabella justificou o encerramento do debate, dizendo que todo o material apresentado foi entregue e posteriormente será disponibilizado na página do MMA. O Dr. Roberto Monteiro, elogiou a apresentação e o trabalho do Ministério em relação ao Licenciamento Ambiental. Às 12:10 horas, Dra. Leila sugeriu que fosse feita uma pausa para o almoço, com retorno previsto para às 14:30 horas, com o **Item 2 da Pauta** – Análise da Ata da 10ª reunião. Retomando, a Dra. Leila solicitou que fosse feita a leitura da ata da 10ª reunião, que foi aprovada por todos com algumas correções de concordância. Passou-se ao **Item 4 da Pauta** – Apresentação do Plano e Cronograma de Trabalhos dos Grupos I, II e III. Dra. Leila solicitou ao Dr. Diógenes Mortari, Coordenador do Grupo II – OUTORGA E ACUMULAÇÕES, que fizesse um breve relato do que se espera ou

Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)
Élcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)
Inaê Lobo (ilobo@aesc.com)
Jorge Enoch Furquim Werneck Lima (werneck@aneel.gov.br)
Jorge Portella Duarte (jpduarte@aesc.com)
Lourival Cruz Diniz Filho (diniz@dnpm.gov.br)
Luciano Meneses C. da Silva (lmeneses@tba.com.br)
Maria Luíza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)
Marcelo Taylor de Lima (taylor@cvrld.com.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@cvrld.com.br)
Monica Tavares Rocha (mrocha@snirh.gov.br)
Patrícia H. G. Boson (tita@net.em.com.br)
Paulo Márcio Souza Vieira (paulm@srh.ce.gov.br)
Raquel Scalia Alves Ferreira (raquels@aneel.gov.br)
Wilma dos Santos Cruz (wilma.cruz@mma.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (wilson.filho@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 da pauta - Dra. Leila abriu a reunião agradecendo a presença de todos, solicitou que fosse feita a leitura da Pauta da reunião como segue: 1. Abertura; 2. Análise da Ata da 10ª reunião; 3. Apresentação: Programa Nacional de Meio Ambiente 2 – Sub - componente: Projeto de Instrumento da Gestão Ambiental – Dra. Izabella Mônica Teixeira – Diretora do Programa de Qualidade Ambiental – SQA/MMA; 4. Apresentação do Plano e Cronograma de Trabalhos dos Grupos I,II e III; 5. Análise da Proposta de Resolução de Critérios Gerais para Integração dos Procedimentos de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, Licenciamento Ambiental e Administração da União sobre os Recursos Hídricos; e 6. Assuntos Gerais. Em seguida, informou que neste segundo dia de reunião da Câmara, teremos a apresentação da Dra. Izabella, e colocou que deveríamos iniciar pelo Item 3, deixando o item 2 para após a apresentação, o que foi acatado por todos. Apresentou a Dra. Izabella Mônica aos presentes, que agradeceu a oportunidade e entregou aos relatores sua palestra, Anexo 1. Dra. Izabella iniciou comentando sobre o PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE II, que é dividido em dois componentes, GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS AMBIENTAIS e DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, este último, subdivididos em três subcomponentes que são: Gerenciamento Costeiro, Licenciamento Ambiental e Monitoramento da Qualidade da Água. Em seguida colocou que o componente Desenvolvimento Institucional, na Fase I, dispõe de US\$ 14,5 milhões, tendo sido destinado ao Licenciamento Ambiental US\$ 7,8 milhões; ao Monitoramento da Qualidade da Água US\$ 3,9 milhões, e ao Gerenciamento Costeiro US\$ 2,8 milhões. Daí definiu as relações entre as autoridades reguladoras e os usuários dos recursos ambientais, colocando o licenciamento ambiental como um instrumento estratégico da gestão integrada do meio ambiente, subsidiando o planejamento e sendo determinante para a definição de prioridades, seleção de indicadores e parâmetros, padrões e metas de controle visando assegurar a manutenção ou a melhoria da qualidade ambiental, cujos objetivos gerais são: I – Fortalecimento no marco da legislação existente, da capacidade técnica e operativa dos órgãos estaduais licenciadores, e II – Desenvolvimento e aplicação de instrumentos inovadores de gestão no processo de licenciamento ambiental. Colocou as justificativas, os pressupostos, objetivos gerais e etapa preparatória deste subcomponente. Em relação ao subcomponente Monitoramento da Qualidade da Água, explicou que o objetivo é desenvolver e aprimorar, no âmbito das entidades de meio ambiente e de recursos hídricos do País, o monitoramento da qualidade da água, com o propósito de subsidiar a formulação de políticas de proteção ambiental e as tomadas de decisão relativas às ações de gestão ambiental em geral. Falou sobre o escopo, as demandas de financiamento, os participantes (todas as unidades da Federação), sobre a implementação e principais demandas. O subcomponente Gerenciamento Costeiro, cujo objetivo geral é fortalecer a capacidade

estabelecer medidas compensatórias ou mecanismos de garantia que visem a assegurar a recuperação das áreas ambientais”. Em relação ao artigo 62, após muitas discussões, ficou acordada a substituição do texto proposto no PL, pelo seguinte: Art 62: “A ANM deverá estabelecer mecanismos e realizar audiências públicas destinados a melhor equacionar os problemas sociais e ambientais relacionados a desativação e ao fechamento da mina, sobre as comunidades afetadas”. Em seguida, foi colocado em discussão o inciso XII do artigo 94 que teve seu texto modificado para: Inciso XII: “– articular e propor aos órgãos e entidades de meio ambiente e recursos hídricos, parâmetros e normas técnico-científicas de controle e fiscalização, referentes aos impactos ambientais decorrentes das atividades que integram a indústria extrativa mineral;” Conforme acordado anteriormente as discussões referem-se apenas aos artigos de PL que têm interface entre mineração e recursos hídricos, reafirmou Dra. Leila. Voltando ao ponto, iniciou-se a discussão do artigo 126, que após diversas sugestões e apartes, ficou acordado a supressão da palavra “hidrologia” do inciso I, ficando assim com a seguinte redação: Inciso I: “– o planejamento, a coordenação e execução dos serviços de geologia, e cartografia geológica básicas de competência da União, em todo território nacional;”. Foi acordado suprimir o inciso V do artigo 126 na íntegra, por serem atividades inerentes à ANA, e no parágrafo único suprimir a expressão “hidrológicos básicos”, passando ter a seguinte redação: Parágrafo único: “O SBG tornará disponíveis, para utilização dos interessados, os levantamentos geológicos efetuados.” Dr. Emanuel solicitou que se faça uma ressalva da sua posição, e que conste da ata a seguinte observação: “considera que o serviço hidrológico básico do País está entre as atribuições da CPRM”. Foi acordado também, a supressão do artigo 139 na íntegra, por estar na Lei nº 9.984, de 2000, e o inciso XIX do artigo 152. Dra. Leila propôs que se faça na Proposta de Moção uma colocação clara da importância da criação de um colegiado, o Conselho Nacional de Mineração, para elaborar a Política Nacional de Mineração como premissa para a criação da ANM, nos moldes do processo de reforma do aparelho do Estado, onde o executor da Política não a elabora. Dra. Leila agradeceu o empenho de todos esperando encontrá-los na reunião seguinte, às 09:30 horas do dia 15 de maio de 2001.

Às 09:40 horas do dia 15 de maio de 2001, no Mini-auditório do Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar, Brasília/DF, com a presença de membros e convidados da CT, iniciou-se o segundo dia da reunião, como segue:

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério dos Transportes: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transportes.gov.br)
ANEEL: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.go.br)
Conselhos Estaduais Região Sul: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima (rejanebs@zaz.com.br)
Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida B. Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

RELATORES:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel (diane.rangel@mma.gov.br)
Walter Jorge dos Santos (walter-jorge.santos@mma.gov.br)

CONVIDADOS:

Agostinho F. Sobreiro Neto (afneto@cverd.com.br)
Antonio Martins da Costa (martins@srh.ce.gov.br)
Armando de Queiroz Teixeira Neto (armando@dnpm.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@terra.com.br)
Célia Maria Brandão Fróes (celia@igam.mg.gov.br)
Danielle Pinho Soares (dpsoares@fazenda.gov.br)
Dário Moraes de Almeida (dnpm-sc@matrix.com.br)
Demetrios Christofidis (dchristofidis@bol.com.br)
Denise Damasceno de Mendonça (denise@semad.mg.gov.br)

avaliasse sob o ponto de vista legal, ao considerar que há outorga preventiva e também outorga de direito de uso. Dra. Célia colocou que na análise do PL 1616, foi inserido na proposta de substitutivo a figura de outorga preventiva para a mineração com o prazo de 5 anos. Dra. Leila colocou que é importante incluir a figura de outorga preventiva neste artigo. Após muitas discussões, acordou-se uma redação para o caput do artigo 22: “A outorga do TDM far-se-á sob a condição de cumprimento das outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos que tenham sido anteriormente constituídas em favor de terceiros”. Dra. Célia propôs que seja constituído um artigo único onde se coloque tudo o que será denegado em relação ao TDM, a fim de facilitar a visão do usuário. Não houve concordância com essa premissa pois foi entendido que esse parágrafo refere-se ao processo de análise. Assim, após muitas discussões ficou acordado o seguinte texto para o parágrafo único do Art. 22: “Na hipótese de manifestada comprovação perante a ANM da anterioridade das outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos, na forma deste artigo, o TDM deverá ser denegado, salvo se ficarem evidenciadas que as atividades vinculadas ao TDM não prejudicam o exercício do direito precedente, ou se existirem alternativas de suprimento do volume de água necessário, a serem providas pelo requerimento do TDM”. Às 12:00 horas foi feita pausa para o almoço e retornou-se às 14:00 horas. Dra. Leila leu a proposta de emenda aos artigos 22 e 20 do PL da ANM elaborada pelo Dr. Van Acker. Foi acordado que no texto do artigo 22, ficaria mantida a proposta da redação da CTPOAR. A discussão passou a ser centrada no parágrafo único do artigo 20 sobre o ressarcimento dos prejuízos ocasionados pela revogação do TDM, o que foi considerado grave para o Poder Público, e após alguns minutos de discussão e apartes, a Dra. Célia Cristina questionou dizendo, que há previsão de ressarcimento dos prejuízos ocasionados pela revogação. O questionamento deveu-se ao fato de que haveria dúvidas sobre quem pagaria esse ressarcimento, pois o Código de Mineração em seu art. 42, prevê somente a indenização para a fase de pesquisa. Dra. Ilka colocou os procedimentos técnicos de mineração, o que possibilitou que se acordasse colocar o texto do Código de Mineração adaptado no PL, pois o mesmo será revogado pela minuta em discussão, ficando assim novo texto para o parágrafo único do artigo 20, e a redação aprovada como segue: “O titular do direito minerário será ressarcido das despesas decorrentes do trabalho de pesquisa”. Continuando, a Dra. Leila colocou em discussão do “CAPITULO IV – DO MEIO AMBIENTE”, e “Seção I – Das Relações da Mineração com o Meio Ambiente”, ficando decidido a seguinte redação: “CAPITULO IV – DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS”, e da “Seção I – Das relações da Mineração com o Meio ambiente e com os Recursos Hídricos”. Após discussões ficou acordada a nova redação para o Art. 53: “A pesquisa e a lavra de substâncias minerais deverão observar a proteção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como os demais recursos naturais por elas efetiva ou potencialmente afetados e, ainda, obedecer às condições estabelecidas na licença ambiental, outorga preventiva e do direito de uso dos recursos hídricos e a legislação correlata”. No parágrafo único o texto acordado foi o seguinte: “Incumbe ao titular do direito minerário avaliar a extensão dos riscos ambientais nas diversas fases do empreendimento minerário e executar o plano de manejo dos recursos naturais das áreas afetadas pelas atividades de pesquisa e lavra”. No artigo 56, foram incluídas as palavras “e de recursos hídricos” no final do texto, passando ter assim a seguinte redação: “A outorga de TDM far-se-á com observância das restrições estabelecidas na legislação ambiental e de recursos hídricos”. No artigo 57 ficou acordada a seguinte redação: Art 57: “O titular do direito minerário responde pelos danos causados ao meio ambiente, e a terceiros decorrentes das atividades de pesquisa e lavra, independente de culpa ou dolo”. Ao artigo 58 o texto acordado foi: Art 58: “A execução dos trabalhos de lavra depende de prévio licenciamento do órgão ambiental e da outorga do direito do uso dos recursos hídricos, emitidas pelas autoridades competentes”. No artigo 61 ficou aprovado substituir a palavra “poderá” pela palavra “deverá”, ficando com a seguinte redação: Art 61: “A ANM deverá

**ATA DA 11ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE
PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**

DATA: 14/05/2001 **Início:** 09:50 hs **Término:** 17:55 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roalmon@ig.com.br)
Ministério dos Transportes: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transportes.gov.br)
Conselhos Estaduais Região Sul: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima (rejaneps@zaz.com.br)
Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida B. Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

CONVIDADOS:

Antonio Carlos dos Santos Mendes (antoniom@mdic.gov.br)
Antonio Martins da Costa (martins@srh.ce.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@terra.com.br)
Célia Maria Brandão Fróes (celia@igam.mg.gov.br)
Dário Moraes de Almeida (dnpm-sc@matrix.com.br)
Decio Michellis Jr (rela@zaz.com.br)
Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)
Élcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)
Ilka Maria Afonso Côrtes (derel@sede.ibama.gov.br)
José Mendo Mizael de Souza (ibram@tba.com.br)
Luiz Novais de Almeida - Tel. (61) 218.2417 – Fax. (61) 224.2755
Maria Luíza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@cverd.com.br)
Paulo Márcio Souza Vieira (paulm@srh.ce.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (wilson.filho@mma.gov.br)

RELATORES:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel (diane.rangel@mma.gov.br)
Walter Jorge dos Santos (walter-jorge.santos@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 da Pauta - Dra. Leila abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida solicitou que fosse lida a ordem do dia, o que foi feito. **Item 2 da pauta** – “Análise da Proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre o Estatuto de Mineração e redefine a Estrutura Administrativa da União no setor mineral”. Iniciou informando o histórico da discussão do Projeto de Lei da ANM. Colocou que o IBRAM trouxe a discussão desse PL e foi observado que não havia na Proposta a relação da mineração com recursos hídricos, com exceção de uma rápida menção a outorga e rede hidrometeorológica. A partir daí foi acordado nesta CT, que discutiríamos o referido PL e faríamos uma proposta de modificação onde inserisse a inter-relação da mineração com recursos hídricos e, concluiu-se propondo que hoje tentássemos fechar essa discussão para ser encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Em seguida, passou a destacar os artigos que envolvem recursos hídricos e merecem análise desta CT no Projeto de Lei que institui a Agência Nacional de Mineração – ANM. Começando pelos destaques sombreados na minuta do PL – Capítulo I – Das Disposições Preliminares – Art. 2º, item I do parágrafo 1º, após análise acordou-se que não dizia respeito a recursos hídricos; quanto aos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º, o artigo 4º, os incisos I, III, IV e parágrafo único do artigo 22, após diversas colocações, debates e apartes generalizados, consensou-se que são relativos aos recursos hídricos. Dra. Leila salientou que o nosso objetivo é buscar a integração dos instrumentos e procedimentos relativos às autorizações envolvendo recursos minerais e hídricos. Em seguida, leu o artigo 22 e seu parágrafo único para analisar se a redação atende o nosso objetivo. Dr. José Mendo colocou que para ele está claro. Dra. Leila solicitou que a Dra. Célia